

De: pregao@ufvjm.edu.br
Enviado em: terça-feira, 15 de agosto de 2017 16:48
Para: Celmo Aparecido Ferreira; Andreia Rezende Silva Barroso
Cc: Logistica Proad
Assunto: Fwd: IMPUGNAÇÃO AO EDITAL PE 19/2017 - UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI (UASG: 153036)

Prezadas (os),

O **Pregão 019/2017 - AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO E ELETRODOMÉSTICOS PARA ATENDER A DEMANDA DA UFVJM** foi suspenso devido a falta de tempo hábil para analisar e responder os pedidos de impugnação.

Encaminho ao requisitante dos item 8, o pedido de impugnação abaixo referente a esse item.

Att,

Divisão de Licitações/PROAD

----- Mensagem Encaminhada -----

De: ulyssesquinto@adv.oabsp.org.br

Para: carla.fernanda@ufvjm.edu.br

CC: pregao@ufvjm.edu.br

Recebida: 10 de Agosto de 2017 18:06

Assunto: IMPUGNAÇÃO AO EDITAL PE 19/2017 - UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI (UASG: 153036)

IMPUGNAÇÃO AO EDITAL PE 19/2017 - UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI (UASG: 153036)

A **VVR DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ nº. 04090670/0001-05, vem à presença do Ilmo. Sr. Pregoeiro responsável, neste ato representada por quem ao final esta subscreve, apresentar **IMPUGNAÇÃO AO EDITAL** de **PREGÃO ELETRÔNICO** em epígrafe, nos termos do §2.º, do art. 41, da Lei 8666/93; art. 9.º da Lei Federal n.º 10.520/02 e art. 18 do Dec. Federal n.º 5450/2005, **bem como nos princípios básicos que regem a Administração Pública e aqueles inerentes ao procedimento licitatório**, nos fatos e fundamentos jurídicos a seguir aduzidos:

Em análise ao referido edital, observa-se que as especificações do objeto não estão adequadas de modo a bem descrever o item conforme dispõe o art. 14 da Lei 8.666/93. Se faz necessário portanto efetuar algumas inclusões e retificações no instrumento convocatório do pregão em epígrafe, para tornar esta uma aquisição vantajosa, livre de favoritismos indevidos, respeitando os princípios constitucionais básicos que regem a Administração Pública e outros relativos ao procedimento licitatório.

*Art. 14. Nenhuma compra será feita sem a adequada caracterização de seu objeto e indicação dos recursos orçamentários para seu pagamento, **sob pena de nulidade do ato e responsabilidade de quem lhe tiver dado causa.***

O mesmo entendimento foi exarado na súmula 177 do TCU:

Súmula nº 177 - A definição precisa e suficiente do objeto licitado constitui regra indispensável da competição, até mesmo como pressuposto do postulado de igualdade entre os licitantes, do qual é subsidiário o princípio da publicidade, que envolve o conhecimento, pelos concorrentes potenciais das condições básicas da licitação, constituindo, na hipótese particular da licitação para compra, a quantidade demandada em uma das especificações mínimas e essenciais à definição do objeto do pregão.

Dispõe o art. 5º do Decreto 5.450/2005:

Art. 5º A licitação na modalidade de pregão é condicionada aos princípios básicos da legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade, publicidade, eficiência, probidade administrativa, vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo,

bem como aos princípios correlatos da razoabilidade, competitividade e proporcionalidade.

*Parágrafo único. **As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados**, desde que não comprometam o interesse da administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.*

*Art.3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional **da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração** e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e **será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos**.*

Deve-se portanto, evitar eventuais direcionamentos ou restrições ao caráter competitivo do certame, que mesmo involuntárias por parte do agente público responsável, são indesejáveis para o Estado, por não representar a vantajosidade econômica para o erário na relação que se espera do custo x benefício relativo a qualidade mínima aceitável.

NÍVEL DE RUÍDO:

O edital prevê nível de ruído "extra baixo" impondo a restrição de abaixo de 54 Db para as fragmentadoras de papel, o que está em desconformidade com a norma vigente.

A Lei Federal 6514/77 de Medicina e Segurança do Trabalho, através das Normas Brasileiras NBR 10152 e NB 95, **ESTABELECE O NÍVEL DE RUÍDO MÁXIMO ADMISSÍVEL DE ATÉ 65 DB(A)**.

Por isso, é mister que seja retificado o edital para prever a exigência quanto ao nível de ruído máximo tolerado por Lei, **para até 65 Db(A)**, visto que assim estará dentro do recomendado pelas leis e normas brasileiras.

Caso se mantenha o edital nos termos propostos, a restrição do nível de ruído para abaixo de 54 decibéis ao invés do limite estipulado pela norma vigente, que é de 65 db, ocasionará a perda de propostas verdadeiramente vantajosas, decorrente da menor competitividade do certame, em verdadeira afronta ao princípio da competitividade inscrito no art. 5º do Decreto 5.450/2005.

Veja que no caso concreto, uma restrição indevida como esta ocasiona a perda de propostas:

No pregão 36/2013 realizado pelo COMANDO DA AERONÁUTICA - VI COMANDO AÉREO REGIONAL (UASG: 120003), foram licitadas fragmentadoras. Abertas as propostas, foi eleita vencedora uma empresa pelo critério menor preço. Todavia, uma licitante que estava com preço muito acima, insurgiu-se contra o resultado interpondo recurso, alegando violação ao julgamento objetivo e violação ao instrumento convocatório.

Apresentadas contrarrazões, o pregoeiro acabou por acolher o recurso, pois realmente o edital exigia nível de ruído máximo de 62 decibéis. Passada esta etapa e desclassificada a empresa, todas as outras remanescentes foram desclassificadas do certame, restando a empresa que recorreu da primeira vencedora, com preço muito elevado.

Nestas condições, o Comando da Aeronáutica não teve alternativas senão FRACASSAR o certame e licitar novamente, desta vez republicando o edital com a alteração pertinente, de acordo com a NBR 10152 e NB95, que estabelecem nível máximo de ruído para até 65 DB, ao invés dos restritivos 62 DB do edital anterior do pregão 36/2013 que restou fracassado por afrontar o princípio da competitividade.

Neste novo pregão, aberto sob número 2/2014, desta vez com a correção nas especificações do termo referencial, o mesmo objeto foi licitado e a unidade logrou êxito na contratação. Não surpreendentemente, a vencedora do pregão 2/2014 foi a mesma empresa que venceu o certame 36/2013 onde havia sido desclassificada por conta de uma restrição indevida no termo de referência.

Considerado o exposto sob o caso concreto e com base nos princípios e normas invocadas, requer de imediato a aplicação da Súmula 473 do STF (princípio da autotutela) combinado com o art. 49 da Lei 8.666/93 para que se declare a nulidade do termo referencial em relação ao item fragmentadoras do pregão em tela, pois a restrição relativa ao nível de ruído máximo admitido de abaixo de 54 decibéis é indevida, contrária à norma NBR10152 e NB95 e afronta o princípio da competitividade e o princípio da legalidade, segundo os quais é vedado, admitir, prever incluir ou tolerar nos atos convocatórios circunstâncias impertinentes ou irrelevantes que frustrem o caráter competitivo dos certames (art. 3º, §1º da Lei 8.666/93), além de evidentemente afrontar a teoria dos motivos determinantes, consoante art. 50 da Lei 9.784/99.

CAPACIDADE DE CORTE MÍNIMA - OMISSÃO DO TERMO REFERENCIAL EM RELAÇÃO À CAPACIDADE DE FOLHAS POR INSERÇÃO E À GRAMATURA DO PAPEL:

O edital não especifica a gramatura do papel corretamente, estando o objeto mal caracterizado neste ponto, o que prejudica a isonomia entre os licitantes e impede a adequada elaboração de propostas por conta da deficiência.

Ocorre que o padrão brasileiro (ABNT) é o A4 de 75g/m² (existe o padrão europeu de 70g/m²), logo há incorreção nas especificações do edital, o que pode levar licitantes a equívocos na elaboração de suas propostas.

veja que com o valor da referência, em disputa de lances é possível adquirir fragmentadoras projetadas para fragmentar no mínimo 25 folhas padrão A4/75gr.

Se a gramatura não é especificada, fornecedores mal intencionados ofertarão máquinas produzidas no sudeste asiático e que são de baixa qualidade. Nestas, as fragmentadoras sofrerão com o uso diário pois uma fragmentadora no padrão europeu e asiático é projetada para fragmentar folhas de densidade de 70 gramas. Nosso padrão nacional pela ABNT é de 75g/m quadrado. Assim caso o usuário insira 25 folhas no Brasil em uma máquina projetada para 25 folhas de 70 gramas, ocorrerá atolamentos frequentes de papel e com isso, desgaste das engrenagens e até quebra, com custos de manutenção e inutilização do equipamento na rotina de trabalho. Isto pois com o atolamento por excesso de papel, é necessário que o usuário retire à força as folhas, o que pode quebrar as engrenagens que movimentam os cilindros de corte. Com a quebra, vem a inutilização.

Portanto é essencial prever corretamente a capacidade de corte de papel desejada por inserção e também a gramatura no padrão nacional, sugerindo-se mínimo densidade de 75gr metro quadrado.

Termos em que, Pede e espera deferimento.

São Paulo, 10 de Agosto de 2017.

Pedro Paulo Herruzo

Advogado - OAB/SP nº 267.786